



-----ATA N° 9-----

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Sermonde, sito na Rua de Sermonde, nº 126, a Assembleia de Freguesia reuniu em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apreciação e votação da ata da última reunião -----
2. Período de antes da ordem do dia -----
3. Período de intervenção do público -----
4. Período da Ordem do Dia: -----
  - 4.1. Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências no ano de 2020, previstas no art.º 38.º n.º 1 da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão. -----
  - 4.2. Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências no ano de 2019 e 2020, previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril e no n.º 2 do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----
  - 4.3. Discussão e votação da alteração ao regulamento e tabela geral de taxas. -----
  - 4.4. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS): José Manuel de Almeida Couto, José António Silva Santos, em substituição de Cristina Oliveira Gomes, que justificou ausência, Sofia Ferreira Dias de Almeida, José Domingos Gonçalves Correia, Manuel Quintas Sanhudo, José Carlos Costa Ferreira e Paulo Jorge Barros Neves. Faltou a Srª deputada Filipa Nunes Lopes Moura. -----

Pelo PPD/PSD: Manuel Joaquim de Sousa Félix, em substituição de Maurício Ramiro Ferreira Santos, que justificou ausência, Jorge Filipe Gomes Castro e José Ramos Costa e Silva. -----

Pelo CDS/PP: Joaquim Aureliano Cavadas André Oliveira. -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista. -----

Pelo Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Gil Manuel Camarinha Costa, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves e Francisco Manuel Jesus Silva.

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos – Leitura, discussão e votação de atas –, foi votada a ata nº 8, relativa à reunião do dia 30-04-2019, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No Período de antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia começou por apresentar dois Votos de Pesar: um pelo falecimento do Sr. José de Oliveira Volta e Sousa, no dia 21 de maio de 2019 (Anexo 1); outro pelo falecimento do Sr. António de Oliveira Peito, no dia 28 de maio de 2019 (Anexo 2). -----

De seguida, tomando a palavra, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista passou a apresentar uma Moção “Pelo direito das populações a recuperar as suas freguesias” (Anexo 3), de modo a afirmar-se junto de entidades e organismos com poder de decisão superior a necessidade de se repor as freguesias extintas, sempre que essa seja a vontade das respetivas populações, e a rejeição da imposição de critérios cuja concretização não dependa delas. -----

Na continuação, apresentou uma proposta de recomendação (Anexo 4), no sentido de a Junta de Freguesia recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a passagem da Guarda Nacional Republicana (GNR) para o “Espaço Mais Grijó” e de a Câmara Municipal diligenciar junto do Governo a abertura do serviço de finanças neste mesmo espaço. -----

Na forma de “declaração política” (Anexo 5), dissertou, finalmente, sobre a rejeição de competências, previstas na Lei 50/2018, felicitando o Partido Socialista (PS) por ter reconhecido que a denominada descentralização estava “ferida de morte”, pelo que seria importante apoiar a proposta de rejeição de novas competências a transferir em 2020. -----

O Sr. deputado Joaquim Aureliano Oliveira questionou o executivo sobre a rede de saneamento na freguesia de Grijó, pretendendo saber quando é que esta abrangeria todo o território, bem como o estado da implantação da rede de gás na rua Américo de Oliveira e o ponto de situação quanto à distribuição de ecopontos pelas freguesias. -----

Por sua vez, o sr. deputado José Manuel Costa e Silva interpelou o executivo sobre o posto de multibanco anunciado desde o encerramento da Caixa Geral de Depósitos, bem como as medidas de combate a uma bactéria que se tem disseminado em alguns locais da freguesia, designadamente no largo da Póvoa. -----

O Sr. deputado Jorge Castro, tomando a palavra, disse desejar saber quem está a gerir o “Espaço Mais Grijó” e se, a verificar-se a transferência de serviços da Junta de Freguesia para este espaço, que serviços serão esses e se as atuais sedes da junta de freguesia se manterão ativas. -----

Intervindo, o Sr. deputado Joaquim Félix perguntou para quando estava prevista a selagem do aterro de Sermonde e se este serviço continua a resultar em qualquer tipo de benefício para a União de Freguesias”. -----

Em período de respostas, o Sr. Presidente da Junta começou por informar que as sedes das juntas de freguesia se irão manter, para funcionamento das Assembleias de Freguesia. Referindo-se à mudança

prevista para breve, para o “Espaço Mais Grijó”, reiterou que se objetiva concentrar serviços e facilitar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, prestando-se um acompanhamento com melhores condições. A dias de começar obras também na “Casa Teixeira”, em Grijó, o executivo está ainda a ponderar que serviços aqui poderá instalar. Na continuação, referindo-se à proposta de recomendação apresentada pela CDU, referiu que o comandante do posto da GNR dos Carvalhos já havia sido contactado neste sentido, tendo comunicado que aceitaria a transferência do serviço para este espaço. Contudo, acrescentou, a Junta de Freguesia estava a negociar outros serviços para o dito espaço que, em momento oportuno, seriam anunciados. Quanto à moção apresentada, também pela CDU, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que é favorável à reposição das 24 freguesias, aliás, na linha da posição do Partido Socialista e do Sr. Presidente da Câmara, que o tem sublinhado reiteradamente. No entanto, até que o Governo encete medidas neste sentido, nada se pode fazer. -----

Respondendo ao Sr. deputado Joaquim Aureliano Oliveira, informou que não poderia avançar uma data para a cobertura do saneamento na totalidade do território das freguesias de Grijó e Sermonde, sendo que as Águas de Gaia” vão estabelecendo ligações à rede de forma pontual, sempre solicitado e possível do ponto de vista das infraestruturas. Aproveitando o ensejo, informou que a rede de gás, na rua Américo de Oliveira, está a ser feita à medida que a requalificação desta rua vai avançando. No que concerne à distribuição de ecopontos, sublinhou que, embora a entidade competente não tenha capacidade de resposta neste momento, têm sido pedidos, com o objetivo de se garantir uma maior recolha seletiva de lixos. -----

Dirigindo-se, agora, ao Sr. deputado José Manuel Costa e Silva, informou que a Junta de Freguesia está a envidar todos os esforços possíveis, quanto à instalação de um posto multibanco, junto dos CTT e da CCDR-Norte, processo complexo, mas que está em curso. Acrescentou que decorrem negociações com duas entidades bancárias para colocação de uma caixa multibanco no pavilhão municipal Dr. Manuel Ramos, em Grijó. Já deixando de lado qualquer contrapartida, para acelerar o processo, a própria junta de freguesia estaria disponível a fazer as respetivas obras necessárias. No que diz respeito à bactéria encontrada em espaços públicos e em jardins particulares, em Vila Nova de Gaia, identificada como “Xylella fastidiosa”, esclareceu que esta começou por ser encontrada no parque desportivo de Sermonde, já tendo gerado alguns conflitos. Contudo, o Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza estava a efetuar análises em todo o território do concelho, sendo que estão várias árvores sinalizadas e que seriam adotadas todas as medidas, mesmo que implicassem abate de árvores, no sentido de erradicar a dita bactéria definitivamente. -----

Respondendo ao Sr. deputado Jorge Castro, aduziu que quem gere o “Espaço Mais Grijó” é uma empresa contratada por um fundo imobiliário de investimento ligado ao antigo Banco Espírito Santo (BES), acrescentando que estão a decorrer negociações com vista ao arranque de obras no próximo mês de julho e a conclusão das mesmas até finais do mês de setembro, para inauguração em outubro

do corrente ano. No sentido de garantir a deslocação das pessoas para este novo espaço, está, ainda, a ser definido um *shuttle*, ou Metro-Bus, serviço de transporte gratuito, desde Santo Ovídeo até ao “Espaço Mais Grijó”. A Junta de Freguesia está a tentar que o mesmo seja prolongado até ao largo de Santo António. O transporte será de ida e na volta, em intervalos de cerca de 30 a 35 minutos, em princípio com início no próximo mês de setembro. -----

Quanto às questões colocadas pelo Sr. deputado Joaquim Félix, o Sr. Presidente da Junta informou que a referida selagem do aterro de Sermonde, apesar de prevista e de estar permanentemente a ser abordada, ainda não será feita, dado que ali abriram novos poços de libertação de gás e que este aterro nunca trouxe quaisquer vantagens para as populações locais e vizinhas. -----

Neste momento, o grupo do Partido Socialista, com assento da Assembleia de Freguesia de Grijó, solicitou à mesa uma interrupção dos trabalhos, pelo período de 10 minutos, conforme previsto legalmente, para apreciação mais detalhada de alguns dos documentos a votar. -----

Retomados os trabalhos, passou-se à votação dos seguintes documentos: -----

- Voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Oliveira Volta e Sousa: aprovado por unanimidade.
- Voto de pesar pelo falecimento do Sr. António de Oliveira Peito: aprovado por unanimidade. -----

Concluída esta votação, o Sr. Presidente da Assembleia manifestou o seu regozijo pela aprovação por unanimidade dos dois votos de pesar apresentados, sublinhando que, enquanto autarcas, nos cumpre manifestar a nossa gratidão, sempre parca, quer em vida quer a título póstumo, aos cidadãos e cidadãs que nos precederam no exercício de funções políticas, públicas e sociais e que, tantas vezes, são esquecidas. -----

Posto isto, efetuou-se um minuto de silêncio, em memória dois cidadãos visados nos ditos votos de pesar. -----

- Moção “Pelo direito das populações a recuperar as suas freguesias”: aprovada por unanimidade. --
- Proposta de recomendação para passagem da GNR e abertura do serviço de finanças no “Espaço Mais Grijó”: aprovada com os votos favoráveis de seis membros do PS, dos membros do PPD/PSD, da CDU e do CDS/PP, e uma abstenção do Sr. José Domingos Correia que, em declaração de voto, disse que, em seu entender, a proposta de recomendação em apreço não fazia sentido, na medida em que a Junta de Freguesia já estava a fazer esforços no sentido de providenciar os serviços enunciados.

Entrando no período de intervenção do público, o Sr. Dr. José Manuel Costa e Silva, ex-presidente da Assembleia de Freguesia de Grijó, morador no largo da Póvoa, começou por congratular os membros da Assembleia de Freguesia pela rememoração do Sr. José Volta e do Sr. António Peito, sublinhando que, enquanto amigo pessoal de ambos, tudo aquilo que deles pudesse dizer seria sempre pouco, em virtude do amor e do entusiasmo com que se dedicaram a causas políticas e sociais. Dito

isto, pediu ao executivo que averiguasse todos os focos parasitários nos espaços públicos do Concelho de Vila Nova de Gaia, acrescentado que, se a Câmara Municipal tem multado pessoas que infringem as regras, não limpando adequadamente os seus terrenos, silvas e matos, também seria bom que se preocupasse com o combate à bactéria que se tem disseminado um pouco por todo o concelho e que tem afetado, em particular, a vegetação do Souto da Póvoa e de habitações circunvizinhas. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta reiterou que o problema estava identificado e que iria continuar a reivindicar junto da Câmara Municipal a adoção de rápidas medidas para resolução do mesmo. ---

Passando ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos – Período da Ordem do Dia –, foram discutidos em simultâneo os pontos 4.1 – Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências no ano de 2020, previstas no art.º 38.º n.º 1 da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão – e 4.2 – Discussão e votação da não aceitação da transferência das competências no ano de 2019 e 2020, previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril e no n.º 2 do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que seriam votados em separado. -----

Em nota prévia, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que as propostas apresentadas decorrem de outras apresentadas anteriormente e que não fazia sentido ter-se uma posição diferente daquela que se tomou nessa altura. Por outro lado, a própria Câmara Municipal era favorável à rejeição das transferências propostas pelo Governo nas duas leis acima enunciadas. Com efeito, não fazia sentido aprovar as ditas transferências sem a clara, específica e pormenorizada componente financeira. ---

Intervindo, a Srª deputada Paula Baptista secundou as palavras do Sr. Presidente da Junta, sublinhando que a proposta do Governo é uma espécie de descentralização, sem ser uma regionalização, sendo que a região norte do país tem sido sempre fustigada com o permanente desinvestimento, o que provoca indesejáveis assimetrias regionais. -----

Sobre os pontos em discussão, o Sr. deputado Jorge Castro disse querer apresentar uma “declaração política” (Anexo 6), que passou a ler, na qual, em suma, depois de apreciados genericamente os dois Decretos-Lei em apreço, se conclui que não fazia sentido aceitar a transferência de competências neles contempladas, o que pressupunha meios financeiros e de recursos humanos que, a meio do ano 2019, poriam em causa o orçamento aprovado em dezembro de 2018. Assim sendo, o grupo do PSD defendia a manutenção dos acordos de execução celebrados entre o Município de Vila Nova de Gaia e o Executivo da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, enquanto não houver acordo no âmbito de novo diploma. -----

O Sr. deputado José Domingos Correia, em nome da bancada do PS, corroborou o que havia sido dito nas intervenções anteriores, defendendo a rejeição das transferências propostas pelo Governo, até que se clarifique todo o processo, com o devido pacote financeiro. -----



Submetida a votação, foi a proposta de não aceitação da transferência das competências no ano de 2020, previstas no art.º 38.º n.º 1 da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão aprovada por unanimidade. -----

Do mesmo modo, submetida a votação a proposta de não aceitação da transferência das competências no ano de 2019 e 2020, previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril e no n.º 2 do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovada por unanimidade. -----

Quanto ao ponto 4.3. – Discussão e votação da alteração ao regulamento e tabela geral de taxas –, em breve enquadramento da proposta apresentada, o Sr. Presidente da Junta informou que, à semelhança de anos anteriores, a Junta de Freguesia iria continuar a promover as férias desportivas. Tratava-se, contudo, de um grande esforço económico para a Junta de Freguesia, pelo que se impunha uma revisão da respetiva taxa de participação nesta iniciativa. Apesar de tudo, sublinhou, o montante pago pelos participantes não cobre sequer 50% do investimento feito. -----

A Srª deputada Paula Baptista, pedindo a palavra, perguntou a quem se destinava o programa “Férias Desportivas”, se eram promovidas pela Escola E.B. 2.3 de Grijó, quais as implicações desta iniciativa no orçamento da Junta de Freguesia e quantas crianças/jovens a ele têm aderido. -----

Respondendo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesias aclarou que o programa se destina a alunos que frequentam a Escola E.B. 2.3 do Agrupamento Júlio Dinis ou que, no presente ano letivo, transitam para o 5º ano do Ensino Básico. O Programa está aberto a outros alunos deste nível, não residentes na área territorial da União de Freguesias de Grijó e Sermonde nem estudantes no dito Agrupamento de Escolas. Para estes, contudo, as taxas a cobrar são consideravelmente mais elevadas. Mais informou que a iniciativa também acolhe jovens filhos de funcionários do Agrupamento de Escolas em apreço, sendo o valor igual ao pago pelos residentes, ou não, em Grijó ou Sermonde, mas estudantes na E.B 2.3 do Agrupamento. Continuando, esclareceu que quem promove e dinamiza as “Férias Desportivas” é a Junta de Freguesia e que este programa é frequentado por cerca de 70 crianças e jovens semanalmente. -----

Intervindo novamente, a Srª deputada Paula Baptista disse não concordar com a colaboração de monitores em regime de voluntariado numa iniciativa que é paga pelos frequentadores. Trata-se de trabalho sazonal que deveria ser pago, sublinhando que a CDU sempre tem combatido a questão deste tipo de voluntariado. Deixou claro, além disso, que este tipo de atividades, que se enquadram no âmbito do serviço social, deveria ser gratuito. -----

Face a esta interpelação, o Sr. Presidente da Junta lembrou que o voluntariado está contemplado no plano de atividades do executivo. Em compensação pelos serviços prestados pelos jovens, a Junta de Freguesia oferece, por exemplo, entradas no Festival de Verão “Marés Vivas”. Esclareceu, ainda

que, no âmbito deste programa, foi feita uma candidatura ao Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), sendo que dois monitores são pagos, mas os restantes não, em virtude de não poderem emitir recibo. -----

Tomando a palavra, a Sr<sup>a</sup> deputada Sofia Almeida, perguntou se as crianças e jovens de famílias mais carenciadas também podem ter acesso às Férias Desportiva, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu que sim, que essa situação estava salvaguardada, mas que era analisado caso a caso. -----

Submetida a votação a proposta da Junta de Freguesia, quanto à alteração ao regulamento e tabela geral de taxas, foi esta aprovada com os votos favoráveis do PS, do PPD/PSD e do CDS/PP e o voto contra da representante da CDU. -----

Em declaração de voto, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista reiterou que é entendimento da CDU que deveria ser garantido o direito livre e gratuito ao lazer, ao desporto, à educação, pelo que devem ser feitos todos os esforços no sentido que este tipo de atividades seja gratuito, não se podendo adotar a política do utilizador-pagador.

Dando cumprimento ao último ponto da ordem de trabalhos – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde –, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista, referindo-se especialmente à Escola E.B. 2.3. de Grijó, declarou que a presença de alunos de etnia cigana faz toda a diferença e que há comportamentos que, a não serem alterados, vão continuar a gerar problemas. Sublinhou que a dita escola tem que sofrer obras de reabilitação, sendo que, por exemplo, no inverno a humanidade é de tal ordem que as folhas de papel colam às mesas. A escola não oferece qualquer tipo de conforto, é fria e húmida, para já não falar do ginásio, que não oferece as mínimas condições para a prática desportiva. -----

O Sr. deputado José Domingos Correia, por seu turno, enfatizou o excelente trabalho que o Executivo tem desenvolvido, salvaguardando que a reabilitação da maior parte dos arruamentos das freguesias não é da competência da Junta de Freguesia, mas da Câmara Municipal. Destacou o facto de a Câmara Municipal continuar a apostar na realização dos “Jogos Juvenis”, em articulação com as juntas de freguesia, e a realização das férias desportivas, bem como a colónia balnear sénior. Além disso, sublinhou, o Executivo tem marcado presença em todos os eventos levados a efeito pelas diferentes coletividades e associações da União de Freguesias e promovida uma intensa atividade cultural, o que era de louvar. -----

Não se registando mais intervenções, foi lida a Minuta da Ata da Sessão que, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

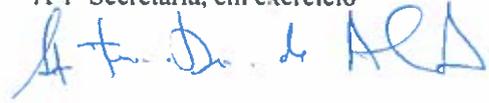
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas e quarenta e sete minutos, do dia cinco de junho de 2019, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela Primeira Secretária, em exercício. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto

A 1ª Secretária, em exercício



Sofia Ferreira Dias de Almeida